
**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAIS, EM SÉRIE ÚNICA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO,
DA EOL WIND ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

ENTRE

EOL WIND ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.,
como Emissora,

E

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
representando a comunhão dos titulares adquirentes das debêntures objeto da presente emissão

Datado de

17 de setembro de 2013

2.1. Arquivamento e Publicação da Ata de AGE

2.1.1. A ata da AGE será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ("JUCERGS"), e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul ("DOERS") e no jornal Zero Hora ("Zero Hora").

2.1.2 A Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário cópia da Ata da AGE, bem como das referidas publicações, em até 3 (três) dias úteis contados das datas de arquivamento e publicações, respectivamente.

2.2. Arquivamento da Escritura na JUCERGS

2.2.1. A presente Escritura e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão devidamente inscritos na JUCERGS, de acordo com o exigido pelo artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, em até 05 (cinco) dias da data de sua respectiva celebração.

2.3. Dispensa de Registro na CVM

2.3.1. A Oferta está automaticamente dispensada do registro de distribuição na CVM, pois as Debêntures serão distribuídas com esforços restritos, no que trata o artigo 19º da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.4. Registro para Distribuição e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA") e para negociação no mercado secundário no Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo as distribuições e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5 Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.5.1. A Oferta está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição e por não haver prospecto, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.6 Constituição das Garantias Adicionais Reais

2.6.1. O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Bancária, conforme definidos na Cláusula 4.1.10.1.1 abaixo, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, conforme

definidos na Cláusula 4.1.10.1.2 abaixo e os Contratos de Alienação Fiduciária de Bens Móveis, conforme definidos na Cláusula 4.1.10.1.3 abaixo, serão devidamente registrados nos cartórios competentes e no caso do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, também deverá ser registrado no Livro de Registro de Ações, nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, artigo 1.361 do Código Civil e artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965.

CLÁUSULA III

CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto social: a geração de energia elétrica, a partir de fonte eólica, destinada a comercialização, via empreendimento denominado EOL REB Cassino II, nos termos do Processo de Licitação n.º 48500.003027/2010-20 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (“ANEEL”); e para a consecução do seu objeto social, a implantação, administração e operação de centrais geradoras no Estado do Rio Grande do Sul, obedecidas as normas legais e regulamentares aplicáveis ao seu ramo de atividade.

3.2. Número de Emissão

3.2.1. A presente Escritura contempla a 1ª emissão pública de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$50.442.000,00 (cinquenta milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil reais) (“Valor Total da Emissão”), na Data de Emissão, conforme definida na Cláusula 4.1.8 a seguir.

3.4. Destinação dos Recursos

3.4.1. A totalidade dos recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures, após o pagamento das despesas e comissões da Oferta, será destinada ao pagamento ou resgate antecipado da totalidade das notas promissórias colocadas em circulação na 1ª emissão de notas promissórias da Emissora.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação, no montante de R\$50.442.000,00 (cinquenta milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil reais), prestada pelo Banco Bradesco BBI S.A. (“Coordenador Líder”), conforme os termos e condições estabelecidos no “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie



Quirografária, com Garantias Adicionais Reais, em Regime de Garantia Firme, da EOL Wind Energias Renováveis S.A." ("Contrato de Distribuição") a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder.

3.5.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Emissora, do disposto no artigo 17 da Instrução CVM 476. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados, assim considerados nos termos da definição do artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409") e do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

3.5.3. Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pela Instituição Intermediária; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM e ANBIMA; e de que (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura.

3.5.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pela Instituição Intermediária aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.5.6 O prazo máximo para colocação pública com esforços restritos das Debêntures será de 6 (seis) meses, a contar da data de início de distribuição, sendo que o exercício da garantia firme outorgada pelo Coordenador Líder será nos termos do disposto no Contrato de Distribuição.

3.5.7. Não haverá a possibilidade de aumento da quantidade de Debêntures por meio de opção de lote adicional ou lote suplementar.

3.5.8 A Emissora não poderá, nos termos do artigo 9º, da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta dentro do prazo de 4 (quatro) meses contado da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro da CVM.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante e escriturador mandatário da Emissão será o Banco Bradesco S.A., localizado na Cidade de Deus, Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Cidade de Osasco, Estado



de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" ou "Escriturador Mandatário").

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão (conforme definido a seguir) ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 50.442 (cinquenta mil, quatrocentas e quarenta e duas mil) Debêntures.

4.1.3. Número de Séries: A Emissão será realizada em uma única série.

4.1.4. Tipo e Forma: As Debêntures são da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no CETIP21.

4.1.6. Espécie: As Debêntures são da espécie quirografária com garantias adicionais reais.

4.1.7. Convertibilidade: As Debêntures são não-convertíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.8. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de Emissão é 23 de setembro de 2013 ("Data de Emissão").

4.1.9. Prazo e Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 12 (doze) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento em 23 de setembro de 2014 ("Data de Vencimento"). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento, em uma única parcela do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures que ainda estiverem em circulação, acrescido da Remuneração (conforme definido a seguir) devida na Data de Vencimento.

4.1.10. Garantias Adicionais Reais:

4.1.10.1 As Debêntures contarão com as seguintes garantias adicionais reais:

4.1.10.1.1. *Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Bancária.* Por meio do contrato intitulado "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Conta Bancária em Garantia, sob Condição Suspensiva" ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Bancária") para garantir todas as obrigações principais e acessórias decorrentes desta Escritura, a **REB EMPREENDIMENTOS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua Conde de Porto Alegre, nº 384, Cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 09.092.023/0001-48 ("**REB**") alienará e cederá fiduciariamente, em favor dos titulares das Debêntures, a propriedade, o domínio resolúvel e a posse indireta de (i) todos os direitos por ela detidos e a serem detidos, referentes aos contratos de compra e venda de energia elétrica, bem como quaisquer contratos de venda de energia elétrica a serem celebrados pela REB ("Direitos Creditórios"), e (ii) todos os direitos detidos e a serem detidos em razão das contas corrente de titularidade da REB, nas quais deverão ser depositados todos os recursos relativos aos Direitos Creditórios ("Conta Bancária").

4.1.10.1.2. *Alienação Fiduciária das Ações de Emissão da EOL Vento Energias Renováveis S.A., da EOL Wind Energias Renováveis S.A., e da EOL Brisa Energias Renováveis S.A.* Por meio do contrato intitulado "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações, sob Condição Suspensiva" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"), para garantir todas as obrigações principais e acessórias decorrentes desta Escritura, a REB alienará fiduciariamente, em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, a totalidade das ações ordinárias da (i) EOL Vento Energias Renováveis S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ 14.095.008/0001-93, com sede na Rua Duque de Caxias, 108, sala 1, Bairro Centro, cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 96200-020, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o NIRE 433.000.534-58 ("EOL Vento"); (ii) EOL Wind; (iii) EOL Brisa Energias Renováveis S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ 14.095.035/0001-66, com sede na Rua Duque de Caxias, 108, sala 3, Bairro Centro, cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 96200-020, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o NIRE 433.000.534-40 ("EOL Brisa", e em conjunto com EOL Vento e EOL Wind, denominadas "SPEs"), de sua titularidade, representativas de 100% (cem por cento) do capital social de cada SPE.

4.1.10.1.3. *Alienação Fiduciária de Bens Móveis.* Após a obtenção da anuência prévia da ANEEL para a constituição da alienação fiduciária em garantia de bens móveis de titularidade das SPEs, e a partir do momento em que cada uma das SPEs, possuir bens móveis que, individualmente ultrapassem o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a respectiva SPE celebrará um contrato intitulado "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia" ("Contratos de Alienação Fiduciária de Bens Móveis") e em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Bancária, "Garantias Adicionais Reais") por meio do qual alienará fiduciariamente, em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, a propriedade, o domínio resolúvel e a posse indireta dos respectivos bens móveis pertencentes a cada SPE, para garantir todas as obrigações principais e acessórias decorrentes desta Escritura. Cada SPE se comprometerá ainda a aditar os respectivos contratos toda vez que adquirir bens móveis que individualmente ultrapassem o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

4.1.10.2. Observado o disposto nas Cláusulas 4.1.10.1 acima e os respectivos contratos de constituição das Garantias Adicionais Reais, as Garantias Adicionais Reais serão compartilhadas com os titulares das debêntures da 2ª emissão da REB e da 1ª emissão das SPEs, todos representados pelo Agente Fiduciário e, permanecerão válidas, eficazes e exequíveis e serão mantidas até: (i) a integral quitação das obrigações pecuniárias das Debêntures; (ii) a solicitação de sua liberação, pela Emissora aos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, em decorrência da transferência das autorizações detidas pela REB para implantar e explorar os 03 (três) parques eólicos denominados: (a) EOL REB Cassino I; (b) EOL REB Cassino II; e (c) EOL REB Cassino III, a serem desenvolvidos pelas SPEs (em conjunto denominados "Projetos") necessária para a obtenção de qualquer financiamento de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") para qualquer dos Projetos ("Financiamento de Longo Prazo"), desde que os recursos de tais Financiamentos de Longo Prazo sejam utilizados no Resgate Antecipado Obrigatório nos termos da Cláusula 4.5 desta Escritura; (iii) a sua total excussão, pelo Agente Fiduciário, e este tenha recebido o produto da excussão das Garantias Adicionais Reais.

4.1.10.2.1. Com relação à hipótese (ii) do parágrafo acima, a Emissora deverá apresentar aos titulares das Debêntures informações sobre o Financiamento de Longo Prazo para o qual há a necessidade da liberação das Garantias Reais que evidenciem o montante aprovado pela instituição que concederá o referido Financiamento de Longo Prazo e que deverá posteriormente ser utilizado pela Emissora no Resgate Antecipado Obrigatório.

4.1.10.2.2. As Garantias Adicionais Reais serão liberadas por meio de termo de quitação a ser entregue pelo Agente Fiduciário à Emissora no prazo de 2 (dois) dias úteis contados (a) da ocorrência do evento 4.1.10.2(i), ou (b) do recebimento de solicitação por escrito efetuado pela Emissora, nos termos da Cláusula 4.1.10.2.1, sendo que o termo de quitação somente será entregue após recebimento, pelo Agente Fiduciário dos documentos comprobatórios para tanto.

4.2. Amortização e Remuneração

4.2.1. Amortização: As Debêntures serão objeto de amortização em uma única parcela na Data de Vencimento.

4.2.2. Juros Remuneratórios

4.2.2.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário e correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias de juros dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida exponencialmente a uma sobretaxa equivalente a 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, ("Taxa DI" e "Remuneração", respectivamente). A Remuneração será calculada, conforme fórmula abaixo, de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos incidentes sobre

o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento e seguirá, para todos os fins, os critérios definidos no “Caderno de Fórmulas Debêntures - CETIP21”, disponível para consulta na página da Internet (<http://www.cetip.com.br>).

4.2.2.2. Pagamento da Remuneração: O pagamento da Remuneração será feito em uma única parcela na Data de Vencimento (“Data de Pagamento da Remuneração”).

4.2.2.3. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior à Data de Pagamento da Remuneração.

4.2.2.4. Fórmula de Cálculo da Remuneração: O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde:

J = Valor unitário da Remuneração, acumulado no período, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização;

VNe = Valor Nominal de emissão ou saldo do Valor Nominal da Debênture, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorJuros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

FatorJuros = (FatorDI x FatorSpread), onde:

FatorDI = Produtório das Taxas DI-Over, da data de início de do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left[1 + \left(\text{TDI}_k \right) \right]$$

onde:

k = número de ordem da Taxa DI-Over, variando de 1 (um) até “n”;

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do “FatorDI”, sendo “n” um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI-Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left[\left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \right] - 1$$

onde:

DI_k - Taxa DI-Over de ordem k, calculada e divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

spread – 1,7500, informado com 4 (quatro) casas decimais.

n – número de dias úteis entre a data de Emissão, inclusive, até data de cálculo, exclusive, sendo “n” um número inteiro.

4.2.2.4.1. Observações:

- (i) O fator resultante da expressão $[1 + (\text{TDI}_k)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (\text{TDI}_k)]$, sendo que a cada fator diário acumulado trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.2.2.5. Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na Data de Vencimento ou na data do Resgate Antecipado, conforme o caso, exclusive.

4.2.2.6. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer

compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.2.7. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no dia útil seguinte ao prazo máximo de 10 (dez) dias úteis ora mencionado, convocar Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para a definição, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor ("Taxa Substitutiva"). A AGD será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse novo parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

4.2.2.7.1. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.

4.2.2.8. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data da realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será a última Taxa DI disponível, conforme o caso; ou
- (ii) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nessa alternativa, caso a Emissora pretenda realizar o resgate das Debêntures em mais de uma data, o resgate deverá ser realizado mediante sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para resgate das Debêntures e até o resgate integral das Debêntures será utilizado o parâmetro de remuneração a ser definido em AGD, por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, apresentada à Emissora na AGD a que se refere esta Cláusula.



4.2.3.1. O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CETIP ou por meio do Escriturador Mandatário para os Debenturistas que não estejam com suas Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21.

4.3. Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento

4.3.1. Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas, a qualquer momento, durante o prazo de colocação das Debêntures, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração (conforme definida acima), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização. As Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação estabelecidas pela CETIP.

4.3.2. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.2 desta Escritura, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos mesmos termos da presente Escritura, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou por meio do Escriturador Mandatário para os Debenturistas que não estejam com suas Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21.

4.3.3. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipóteses em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.3.4. Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto na Cláusula V a seguir, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, a Emissora será notificada pelo Agente Fiduciário com relação ao atraso, sendo que o valor em atraso continuará a ser remunerado nos termos da Remuneração aplicável e, além disso, ficará sujeito (i) à multa moratória de 2% (dois por cento), calculada sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculado sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para a cobrança, desde que devidamente comprovadas.

4.3.5. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto na Cláusula precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de nenhum rendimento, acréscimo ou encargo moratório no



período correspondente à data em que os recursos foram colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.3.6. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora e ao Banco Liquidante, no prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que caso o Debenturista não envie a referida documentação à Emissora, esta fará as retenções de tributos conforme previsto em Lei.

4.4. Repactuação

4.4.1. As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas à repactuação programada.

4.5. Resgate Antecipado Facultativo e Resgate Antecipado Obrigatório

4.5.1. A Emissora poderá efetuar, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"), sendo que o valor do Resgate Antecipado Facultativo devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário de tais Debêntures acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido dos demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido de um prêmio de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ("Prêmio"), incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures e pago na data do resgate antecipado.

4.5.1.1. Na hipótese Resgate Antecipado Facultativo parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado na presença do Agente Fiduciário e com divulgação do resultado a todos os Debenturistas por meio de comunicado, inclusive no que concerne às regras do sorteio, nos termos do artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. Neste caso, todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição de rateio e de validação das quantidades de debêntures a serem resgatadas por Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.5.2. Caso ocorra desembolso de qualquer Financiamento de Longo Prazo, a Emissora estará obrigada a efetuar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório") e, em conjunto com o Resgate Antecipado Facultativo, "Resgate Antecipado"), sendo que o valor do Resgate Antecipado Obrigatório devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário de tais Debêntures acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do Resgate Antecipado Obrigatório.

4.5.3. Na hipótese de Resgate Antecipado, a Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário e os Debenturistas com até 05 (cinco) dias úteis de antecedência, sendo que no caso do Resgate Antecipado Obrigatório este prazo deverá ser contado a partir da data do desembolso de qualquer Financiamento



de Longo Prazo. Referida comunicação deverá ser realizada nos termos das Cláusulas 4.7.1. e 10.3 desta Escritura e deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo a data efetiva para o Resgate Antecipado e informações referentes ao procedimento de Resgate Antecipado.

4.5.4. O pagamento para as Debêntures resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21. A CETIP deverá ser comunicada através de correspondência encaminhada pela Emissora com o de acordo do Agente Fiduciário com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência da realização do Resgate Antecipado.

4.5.5. As Debêntures resgatadas antecipadamente deverão ser canceladas.

4.6. Aquisição Facultativa

4.6.1. As Debêntures não estarão sujeitas a aquisição facultativa.

4.7. Publicidade

4.7.1. Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, em até 03 (três) dias úteis, na forma de avisos, no DOERS e no Zero Hora bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – Internet (www.rebempreendimentos.com.br/EOLWindEnergia).

4.8. Liquidez e Estabilização

4.8.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.9. Fundo de Amortização

4.9.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

CLÁUSULA V

VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Observado o disposto nos itens a seguir e o prazo de carência indicado em cada item em relação ao evento nele previsto, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente e automaticamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, mediante aviso ou notificação à Emissora, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático"):



- (a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- (b) (i) decretação de falência da Emissora; (ii) pedido de autofalência pela Emissora; ou (iii) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros não contestado no prazo legal;
- (c) não pagamento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária das Debêntures na respectiva data de vencimento, não sanado em até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva data de vencimento, independente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial;
- (d) liquidação, dissolução, extinção, cisão, fusão, incorporação, venda ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora que implique na alienação ou alteração do controle acionário direto, exceto se a referida alienação ou alteração do controle (i) for realizada entre sociedades pertencentes ao grupo econômico da Emissora, incluindo sociedades controladoras e coligadas; e/ou (ii) for previamente aprovada;
- (e) após a transferência da outorga da REB à Emissora, término antecipado da autorização ou suspensão do direito de exploração do Projeto de sua titularidade;
- (f) existência de sentença condenatória transitada em julgado relativamente à prática de atos, pela Emissora, que importem em infringência à legislação que trata do combate a discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, assédio moral ou sexual, bem como a crime contra o meio ambiente e/ou existência de restrições cadastrais, incluindo, mas não se limitando ao Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, nos termos da Portaria Interministerial nº 2, de 12 de maio de 2011, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, impeditivas em nome da Emissora, seus sócios e dirigentes;
- (g) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remessa de recursos aos acionistas da Emissora, caso haja qualquer inadimplemento no âmbito da Emissão (pecuniário ou não pecuniário, desde que não sanado em um prazo de 30 (trinta) dias), ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (h) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (i) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Emissora, desde que

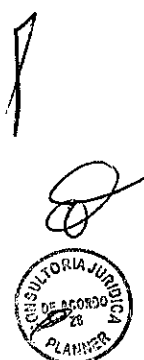


não suspenso, judicial ou extrajudicialmente, pela Emissora no prazo de 15 (quinze) dias da data do referido ato;

- (j) venda, pela Emissora, de ativos do Projeto de sua titularidade objeto das Garantias Adicionais Reais, observado o disposto na Cláusula 4.1.10.2 desta Escritura;
- (k) contratação de novas dívidas bancárias em montante individual superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) pela Emissora, exceto os Financiamentos de Longo Prazo;
- (l) prestação de garantias para terceiros pela Emissora, com a exceção das garantias a serem oferecidas para os Financiamentos de Longo Prazo;
- (m) alteração do objeto social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- (n) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária ou declaração de vencimento antecipado de quaisquer operações financeiras (empréstimos locais ou internacionais, instrumentos derivativos e outras operações similares) ou de mercado de capitais contratadas pela Emissora com os titulares das Debêntures, no mercado local ou internacional, exceto nos casos em que tal inadimplemento tenha sido devidamente sanado dentro de seu prazo de cura específico, caso aplicável; ou
- (o) vencimento antecipado de qualquer das emissões de debêntures da REB e das SPEs.

5.2. O Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 15 (quinze) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos listados a seguir, observados os respectivos prazos de carência previstos abaixo, AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a ser realizada observado o quorum específico estabelecido na Cláusula 5.3, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Vencimento Antecipado por meio de AGD"):

- (a) protestos cambiários contra a Emissora cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da ocorrência do referido protesto, (i) a Emissora comprove que tal protesto tenha sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, (ii) o protesto for cancelado, ou, ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo ou se estiver sendo contestado de boa-fé;
- (b) não cumprimento de qualquer decisão arbitral ou sentença judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva contra a Emissora em valor individual ou agregado superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, desde que a Emissora não comprove o pagamento ao Agente Fiduciário no prazo de 15 (quinze) dias úteis a partir do referido pagamento, do referido valor total, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva;



- (c) não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão por período superior a 60 (sessenta) dias, das autorizações, licenças, inclusive ambientais, exigidas para construir, operar e manter o Projeto de sua titularidade, exceto se a licença se referir ao Projeto cujo financiamento com recursos da Escritura tenha sido objeto de Resgate Antecipado nos termos da Cláusula 4.5 desta Escritura;
- (d) descumprimento de legislação socioambiental e de saúde e de segurança do trabalho, ou ocorrência de qualquer irregularidade ou evento relacionado ao Projeto de sua titularidade, que possa levar os órgãos competentes a considerar descumprida qualquer norma de proteção ambiental;
- (e) arresto, sequestro ou penhora de bens do ativo permanente da Emissora cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data do fato, o arresto, sequestro ou penhora seja cancelado ou suspenso;
- (f) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora em qualquer dos documentos relacionados à Emissão são falsas, incorretas ou enganosas em quaisquer aspectos relevantes;
- (g) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não-pecuniária prevista na Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento de notificação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido;
- (h) autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou defesa da concorrência, entre outros, que possa vir afetar a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora, sua controlada, controladoras ou coligadas;
- (i) nulidade das Debêntures ou das Garantias Adicionais Reais declaradas em decisão judicial final transitada em julgado, ou em decisão interlocutória cujos efeitos não sejam reformados em até 90 (noventa) dias úteis corridos da publicação da referida decisão;
- (j) redução do capital social da Emissora, sem a prévia anuência dos titulares das Debêntures;
- (k) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária ou declaração de vencimento antecipado de quaisquer operações financeiras (empréstimos locais ou internacionais, instrumentos derivativos e outras operações similares) ou de mercado de capitais contratadas pela Emissora com terceiros, exceto com os titulares das Debêntures, no mercado local ou internacional, exceto nos casos em que tal inadimplemento tenha sido devidamente sanado dentro de seu prazo de cura específico, caso aplicável; ou
- (l) venda, pela Emissora, de seus ativos, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas.



- (x.2) valor da emissão;
 - (x.3) quantidade de debêntures emitidas;
 - (x.4) espécie;
 - (x.5) prazo de vencimento das debêntures;
 - (x.6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - (x.7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (o) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "n" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (o.1) na sede da Emissora;
 - (o.2) em seus escritórios ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - (o.3) na CVM;
 - (o.4) na CETIP; e
 - (o.5) na sede do Coordenador Líder;
- (p) publicar, às expensas da Emissora mediante aprovação prévia de orçamento, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "n" acima;
- (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Escriturador Mandatário e/ou à CETIP;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura;
- (s) sem prejuízo do disposto na Cláusula V acima, notificar os Debenturistas, por edital, nos termos da Cláusula 4.7.1 acima, (i) no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos na hipótese de descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, nos termos da alínea "a" da Cláusula 5.1 acima; (ii) no prazo máximo de 20 (vinte) dias na hipótese de qualquer outro inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente



5.3. Após a realização da AGD mencionada na Cláusula 5.2, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, a menos que titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

5.4. As Debêntures resgatadas em decorrência das hipóteses de Vencimento Antecipado Automático ou Vencimento Antecipado por AGD serão canceladas.

CLÁUSULA VI **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se, ainda, a:

6.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo máximo de 3 (três) meses corridos após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis na CVM;
- (b) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no 3º (terceiro) dia útil após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (c) em até 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
- (d) informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado referidas na Cláusula V, 1 (um) dia útil após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura;
- (e) informações socioambientais relativas ao Projeto de sua titularidade, em especial aquelas concernentes às autorizações, licenças e afins, assim como as suas respectivas condicionantes;



(f) após a transferência da outorga da REB à Emissora, cópia de qualquer comunicação à Emissora relativa a uma causa de término de sua autorização ou suspensão do direito de exploração do Projeto de sua titularidade; e

(g) mensalmente, 30 (trinta) dias após a aquisição de bens móveis que individualmente ultrapassem o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), declaração a respeito do andamento do pedido de anuência à ANEEL para a constituição da alienação fiduciária de tais bens móveis da Emissora até a obtenção da respectiva anuência a ser concedida pela ANEEL e constituição da alienação fiduciária dos bens móveis em questão;

6.1.2. Preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM.

6.1.3. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras anuais a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

6.1.4. Divulgar suas demonstrações financeiras anuais, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, no prazo de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, manter tais documentos em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo de 3 (três) anos e enviar às entidades administradoras dos mercados em que as Debêntures forem admitidas à negociação.

6.1.5. Estruturar e manter em adequado funcionamento o atendimento aos Debenturistas.

6.1.6. Manter válidos e regulares todos os alvarás, concessões, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao regular funcionamento da Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto.

6.1.7. Observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;

6.1.8. Divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao intermediário líder da Oferta e as entidades administradoras dos mercados em que as Debêntures forem admitidas à negociação;

6.1.9. Manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários.

6.1.10. Cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando ainda as informações que lhe forem solicitadas.

6.1.11. Manter seus bens e ativos devidamente segurados, se aplicável.



6.1.12. Não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures.

6.1.13. Cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos.

6.1.14. Manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação as declarações e garantias prestadas nesta Escritura.

6.1.15. Aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.4 acima.

6.1.16. Manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, as Garantias Adicionais Reais prestadas em favor dos Debenturistas, observados os termos desta Escritura.

6.1.17. Providenciar a transcrição da Alienação Fiduciária no seu livro de ações em nome do Agente Fiduciário e apresentar o livro ou cópia autenticada da página do seu livro de ações em que estiver registrada a Alienação Fiduciária das Ações da Emissora para o Agente Fiduciário no prazo de 7 (sete) dias, contados da data de assinatura desta Escritura.

6.1.18. Fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

6.1.19. Comprovar os registros dos Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Bancária, dos Contratos de Alienação Fiduciária de Ações, bem como dos Contratos de Alienação de Bens Móveis nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos prazos neles estabelecidos.

6.1.20. No prazo de 7 (sete) dias contados da anuência prévia da ANEEL, celebrar o Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis ou aditamento a tal contrato, conforme o caso, caso a Emissora adquira bem móvel que individualmente ultrapasse o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

6.1.21. Manter seus bens adequadamente segurados e apresentar ao Agente Fiduciário as cópias das apólices dos seguros contratados pela Emissora para o Projeto de sua titularidade, se aplicável, quando da emissão da apólice.

6.1.22. Arcar, de forma exclusiva, com todos os custos relativos: (a) a Emissão, incluindo as publicações necessárias à Emissão, exigidas pelo Contrato de Distribuição (conforme definido adiante), pelo Estatuto Social da Emissora ou requeridas pela lei ou demais normativos aplicáveis; (b) a confecção e publicação de qualquer documentação necessária à realização da Emissão e da Oferta Restrita, incluindo, sem limitação, eventuais custos com material de divulgação; (c) ao registro e liquidação das Debêntures no

MDA e (d) todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures e sua negociação.

6.1.23. Contratar e manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, (a) o Banco Liquidante, (b) o Escriturador Mandatário, e c) o sistema de negociação das debêntures no CETIP21;

6.1.24. Manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;

6.1.25. Efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham incidir sobre a Emissão e que sejam de sua responsabilidade, inclusive em relação a eventuais taxas que venham eventualmente a ser exigidas pela CVM em razão da Emissão;

6.1.26. Não alienar as ações de seu capital social, sem a prévia e expressa anuência dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário; e

6.1.27. Não vender seus ativos, sem a prévia e expressa anuência dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, exceto para venda de ativos entre as SPEs e a REB.

CLÁUSULA VII

AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. Nomeação

7.1.1. A Emissora constituiu e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA. acima identificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

7.2. Remuneração do Agente Fiduciário

7.2.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) parcelas anuais de R\$16.000,00 (dezesseis mil reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida 03 (três) dias úteis após a assinatura desta Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes até a Data de Vencimento, ou enquanto a Planner representar os interesses dos Debenturistas;



- (b) o pagamento das parcelas de remuneração descritas acima deverão ser feitos ao Agente Fiduciário, acrescidos dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social), quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes;
- (c) as parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata temporis*;
- (d) caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas na Escritura ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) a assessoria aos Debenturistas, (ii) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os Debenturistas, (iii) a implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora, e para (iv) a execução das Garantias Adicionais Reais ou das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado, por mês durante o período em a Emissora permanecer nessa situação; e
- (e) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido.

7.2.1.1 A remuneração prevista no *caput* desta cláusula será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o agente fiduciário ainda esteja atuando na cobrança na inadimplência de obrigações referentes às Debêntures não sanadas pela Emissora.

7.2.1.2 Não estão incluídas na remuneração eventuais despesas relativas a viagens, estadas, publicações, reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, entre outros necessárias ao exercício das atribuições do Agente Fiduciário, durante ou após a fase de implantação do serviço. Essas despesas, se necessárias, deverão ser acordadas previamente com a Emissora.

7.2.1.3 A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento de seus deveres, que serão reembolsadas pela Emissora na forma da Cláusula 7.6 a seguir.



7.3. Substituição

7.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente, conforme disposto na Cláusula 7.3.6 a seguir.

7.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo a sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim, observado a Cláusula 7.3.2 acima.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28").

7.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, o qual deverá ser arquivado na JUCERGS.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura, ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Deveres

7.4.1. Além de outros previstos em lei, em atos normativos da CVM, ou na presente Escritura, consistem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, nos Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Bancária, nos Contratos de Alienação Fiduciária de Ações, e nos Contratos de Alienação Fiduciária de Bens Móveis, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) verificar a regularidade da constituição das Garantias Adicionais Reais, observadas as condições previstas na cláusula 4.1.10.1;
- (f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures e da Emissão, se for o caso;
- (i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora ou de outras comarcas que entender necessário;
- (j) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (k) convocar, quando necessário, a AGD mediante anúncio publicado, através de anúncio publicado pelo menos por 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos na Cláusula 4.7.1 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;



- (l) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, um dia após a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e, tão logo tenha acesso, a proposta a ser submetida à AGD;
- (m) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da AGD, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias corridos, cópia da ata referida assembleia;
- (n) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea “b” do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- i. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - iii. comentários sobre as demonstrações financeiras anuais da Emissora com relação aos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - v. constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
 - vi. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - vii. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - viii. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - ix. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - x. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - (x.1) denominação da companhia ofertante;



Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;

- (t) fornecer à Emissora, mensalmente e/ou imediatamente quando por solicitação desta, lista de titulares das Debêntures atualizada;
- (u) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas;
- (v) divulgar as informações referidas na Cláusula 7.4.1(n)(x) em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (w) acompanhar o cálculo do Valor Nominal Unitário das debêntures realizado pela Emissora e divulgá-lo diariamente em sua página na Internet e/ou em sua Central de Atendimento; e
- (x) assegurar, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de debêntures indicadas no Anexo I a presente Escritura de Emissão, bem como aos Debenturistas da Oferta.

7.5. Atribuições Específicas

7.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar, observadas as deliberações da AGD e as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar a Garantia Adicional, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.
- (e) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas.

7.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "b", "c" e "e" acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação de unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando a tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" acima.



7.6. Despesas

7.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.6.2. O Agente Fiduciário prestará contas à Emissora das despesas mencionadas na Cláusula 7.6.1 acima para o fim de ser por ela ressarcido em até 10 (dez) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.6.2.1. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma da Cláusula 7.6.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora.

7.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.6.3.1. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula 7.6.3 acima, os Debenturistas impedidos por lei de fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuarem o rateio em proporção superior à sua participação das Debêntures em circulação quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação.

7.6.4. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;



- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses Debenturistas.

CLÁUSULA VIII
ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Convocação

8.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. As AGD serão convocadas com antecedência mínima dentro do prazo legal. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada dentro do prazo legal após a data marcada para a instalação da assembleia em primeira convocação.

8.1.4. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia ou do voto proferido na respectiva AGD.

8.1.6. Não será admitida na AGD a presença de quaisquer pessoas que não sejam parte deste instrumento ou que não comprovem sua condição de debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados e registrados em cartório.



8.2. Quorum de Instalação

8.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; (b) as de titularidade de (i) empresas controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) controladoras (ou grupo de controle) e/ou coligadas da Emissora; e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas, bem como as Debêntures de titularidade de Diretores, Conselheiros e seus parentes até segundo grau. Para efeitos de quorum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

8.2.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGD, atendidos os requisitos da Cláusula 8.1.6.

8.3. Mesa Diretora

8.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista ou seu representante legal, conforme disposto na Clausula 8.1.6., eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada "Debênture em Circulação" caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto nesta Cláusula, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, observado que (i) as alterações nas condições de vencimento antecipado não automático (ou seja, Cláusula 5.2), alterações referentes à forma, ao resgate e às espécie das Debêntures, bem como os encargos aplicáveis às Debêntures e a periodicidade de pagamento de juros remuneratórios das Debêntures, deverão contar com a aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; (ii) alterações na Remuneração e/ou Prazos e condições de Vencimento, excetuando-se as alterações na Remuneração e/ou na Amortização, decorrentes do disposto na Cláusula 4.2.4.9, Repactuação ou Amortização das Debêntures, bem como nas condições de vencimento antecipado automático (ou seja, Cláusula 5.1) e/ou dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura, deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA IX
DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:

- (a) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28 para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e outras autoridades competentes;
- (f) é equiparado a uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (g) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (h) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (j) ser uma sociedade validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação atualmente vigente;
- (k) a verificação, pelo Agente Fiduciário, a respeito da veracidade das declarações prestadas pela Emissora se deu através das informações fornecidas pela Emissora e no limite das informações fornecidas por esta, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;



- (l) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (m) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (n) inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28, exceto aquelas mencionadas no Anexo I desta Escritura; e
- (o) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de debêntures indicadas no Anexo I a presente Escritura de Emissão, bem como aos Debenturistas da Oferta.

9.1.1. O Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

9.2. A Emissora neste ato declara e garante:

- (a) não ter nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (b) que é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (c) que as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm legitimidade e poderes bastante para tanto;
- (d) que a celebração desta Escritura e o cumprimento integral das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (e) que todas as autorizações societárias e consentimentos necessários à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- (f) exceto pela concessão do registro das Debêntures na CETIP, a Emissora está devidamente autorizada e obteve todas as licenças, registros e autorizações necessários à celebração, formalização e cumprimento, conforme o caso, desta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (g) que os termos desta Escritura não contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (h) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, uma vez que foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade da Emissora;
- (i) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, nesta data;
- (j) não é, nesta data, de conhecimento da Emissora a existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades.

9.2.1. A Emissora compromete-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, imprecisas ou incorretas.

CLÁUSULA X

DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Renúncia

10.1.1. Não se presume a renúncia a quaisquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Custos de Registro

10.2.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.



10.3. Comunicações

10.3.1. Todos os documentos e as comunicações, deverão ser sempre feitas por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer uma das partes, nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

EOL Wind Energias Renováveis S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e 2235, 26º. Andar, Bloco A, Vila Olímpia

CEP: 04543-011, São Paulo, SP

At.: Sr. Gabriel Lino Martins

Tel: (11) 3012-7247

Fax: (11) 99907-7160

E-mail: gabriel.martins@santander.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee DTVM Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar

CEP: 04538-132, São Paulo, SP

At.: Sra. Viviane Rodrigues

Tel: (11) 2172-2628

Fax: (11) 3078-7264

E-mail: fiduciario@planner.com.br/ vrodrigues@planner.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

Banco Bradesco S.A.

Núcleo administrativo Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

CEP 06029-900, Osasco, SP

At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fábio da Cruz Tomo

Tel.: (11) 3684-7911 / 3684-2852

Fax: (11) 3684-2714

E-mail: 4010jbsouza@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, São Paulo, SP

CEP: 01452-001, São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

Site: www.cetip.com.br

10.3.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 02 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

10.3.3. A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes pelo Agente Fiduciário ou pela Emissora.

10.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

10.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

10.5. Efeito Vinculante

10.5.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

10.6. Independência das Disposições

10.6.1. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o integral cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

10.7. Lei Aplicável

10.7.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.8. Foro

10.8.1. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas a seguir assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 17 de setembro de 2013.

[REstante da página intencionalmente deixado em branco]



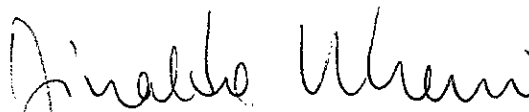
Página de assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da EOL Wind Energias Renováveis S.A.

EOL WIND ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.



Nome:

Cargo:




Nome:

Cargo:

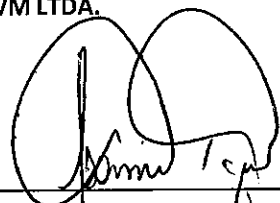


Página de assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da EOL Wind Energias Renováveis S.A.

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.



Nome: Viviane Rodrigues
Cargo: Diretora



Nome: Flávio D. Aguetoni
Cargo: Procurador

Página de assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da EOL Wind Energias Renováveis S.A.

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

CPF:

Nome:

RG:

CPF:

1



ANEXO I

INFORMAÇÕES SOBRE OUTRAS EMISSÕES

Nos termos do parágrafo 2º do artigo 10 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário declara que além desta Emissão, atua nas seguintes emissões de debêntures:

Emissora:	Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (sucessora da Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A.)
Valor da emissão:	R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
Quantidade de debêntures emitidas:	100.000 (cem mil) debêntures
Espécie:	Subordinada
Prazo de vencimento:	Prazo de 15 (quinze) anos com vencimento em 28 de abril de 2021
Garantias:	Não existem garantias adicionais
Eventos de resgate:	Não foram pactuadas cláusulas de resgate.
Amortização:	Não há amortização parcial do valor nominal, que será pago integralmente no vencimento.
Conversão:	As debêntures não são conversíveis.
Repactuação:	Não foram pactuadas cláusulas de repactuação.
Inadimplemento:	A emissora encontra-se adimplente com suas obrigações.

Emissora:	REB Empreendimentos e Administração de Bens S.A.
Valor da emissão:	R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais)
Quantidade de debêntures emitidas:	80 debêntures
Espécie:	Quirografia com Garantias Adicionais Reais
Prazo de vencimento:	Inicialmente tiveram prazo de vencimento de 12 meses a contar da Data de Emissão, que foi prorrogado para 25 de abril de 2013
Garantias:	(i) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Bancária; (ii) Alienação Fiduciária das Ações de Emissão da EOL Wind Energia Renováveis S.A., da EOL Brisa Energias Renováveis S.A. e da EOL Vento Energias Renováveis S.A.
Eventos de resgate:	Evento de Resgate Total realizado em 28 de março de 2013
Amortização:	Não havia amortização parcial do valor nominal, que será pago integralmente no vencimento.
Conversão:	As debêntures não eram conversíveis.
Repactuação:	Não foram pactuadas cláusulas de repactuação.
Inadimplemento:	A emissora encontrou-se adimplente com suas obrigações até o resgate total das debêntures.